



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 80/XIV/ 2.ª SL

Aos 08 dias do mês de abril de 2021, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Formato misto (presencial + videoconferência)]

Audição no âmbito da [Petição n.º 196/XIV/2.ª](#) da iniciativa de Ricardo Filipe da Silva Pocinho - Pelo acesso dos colaboradores das organizações sociais à ADSE

Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS)

Obs.: Audição por videoconferência

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) cumprimentou o Deputado presente naquela sala, o Deputado José Cancela Moura (PSD), os Deputados presentes por videoconferência, bem como o primeiro peticionário, informou-o da metodologia adotada para aquela audição e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O primeiro peticionário, Ricardo Filipe da Silva Pocinho, começou por se apresentar, dizendo que é Presidente da Associação Nacional de Gerontologia Social – ANGES - e professor do ensino superior. Referiu ainda que está ligado às questões das políticas sociais há mais de uma década e tem forte preocupação no desenvolvimento das organizações sociais, mormente com os seus colaboradores/trabalhadores e com aquilo que o futuro representa.

Lembrou o aparecimento das IPSS no início do século passado e considerou que o setor social está esquecido desde essa data, 1942. A respeito dos seus trabalhadores, esclareceu que, não obstante serem trabalhadores em fins públicos, não têm os mesmos acessos a que têm direito os funcionários públicos, designadamente a ADSE. E foi essa a razão de ser da apresentação da petição.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 80/XIV/ 2.ª SL

Da sua experiência como recrutador de trabalhadores para IPSS, designadamente para cuidarem de pessoas idosas, revelou que uma das razões por que os candidatos não aderem tem a ver com o facto de não beneficiarem da ADSE. Constatou que falta o Estado fazer esse reconhecimento.

Interveio de seguida o Senhor Deputado José Cancela Moura (PSD) que, pondo a tónica na questão da sustentabilidade da ADSE e da sua matriz pública, referiu-se a uma série de audições promovidas pela 13.ª Comissão, na sequência de requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a respeito do eventual alargamento da ADSE, nas quais foram ouvidos representantes da Federação de Sindicatos da Administração Pública, da Frente Comum, do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, do Conselho Diretivo da ADSE, do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

Disse acompanhar as referências feitas pelo peticionário à importância do terceiro setor, mas sustentou que um alargamento da ADSE fora do universo da Administração Pública pode colocar tudo em causa.

Ainda assim, para complementar as informações disponíveis, quis saber se existe algum levantamento do número de trabalhadores, qual tipologia das funções e a respetiva remuneração média.

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) usou da palavra de seguida para dar duas notas muito breves: em primeiro lugar, referiu-se ao alargamento dos beneficiários da ADSE, operado em janeiro último, que veio atribuir esse direito aos trabalhadores de entidades públicas, ainda que com contratos individuais de trabalho e lembrou que se encontram numa matriz diferente quer os trabalhadores de empresas municipais quer os trabalhadores de hospitais concessionados.

Em segundo lugar, informou que teve oportunidade de perguntar à Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, que tutela esta matéria, se estava liminarmente fechada a possibilidade de se equacionar novo alargamento, dentro do princípio em que se enquadra a ADSE. Respondeu que não, mas que era preciso consolidar o enorme alargamento operado. Nessa sequência, colocou ao primeiro peticionário a seguinte questão: como entende que a pretensão constante da petição se



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 80/XIV/ 2.ª SL

encaixa na matriz da ADSE, a qual se pretende preservar, uma vez que nem as IPSS nem os seus trabalhadores têm natureza pública.

Usando de novo da palavra, pelo primeiro peticionário foi referido que os trabalhadores de organizações sociais que prestam funções com interesse e fins públicos porque cuidam de pessoas (higienizam, alimentam, cuidam da medicação, estimulam cognitivamente, cuidam da mobilidade e funcionalidade, do relacionamento social, etc.) são cerca de 900 000, auferem em média o salário mínimo nacional, dos quais cerca de 5% são licenciados e auferem em média cerca de 1000€.

Atribuir a ADSE a estes trabalhadores serviria para os fixar, atendendo ao fim que prosseguem.

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) agradeceu a disponibilidade do primeiro peticionário para aquela audição e informou ter solicitado a pronúncia, por escrito, da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, bem como ao Conselho Geral e de Supervisão da ADSE. Concluiu dizendo que, após a receção dos documentos solicitados, caber-lhe-ia elaborar o relatório final da petição, que, atendendo ao número de assinaturas, deverá ser apreciado e votado em Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:43 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 21 abril 2021.

A DEPUTADA,

(EURÍDICE PEREIRA)



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 80/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos (PS)
Eurídice Pereira (PS)
Fernando Paulo Ferreira (PS)
Pedro Sousa (PS)
Isaura Morais (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)